



ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANJOANENSE

ASSEMBLEIA GERAL DE 20 DE JULHO DE 2022

ATA 2_2022

Ao vigésimo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no auditório dos Paços da Cultura, São João da Madeira, reuniu-se em Assembleia-geral a Associação Desportiva Sanjoanense, conforme convocatória publicada para o efeito dentro das regras estatutárias.

A Mesa da Assembleia-geral foi constituída pelo Presidente, Luís Miguel dos Santos Ferreira, pelo vice-presidente Ilídio Leite e pelo secretário Armando Cunha. Como à hora marcada, 21:00h, não estava presente o número mínimo de sócios necessários ao início da assembleia, esta iniciou-se, em conformidade com os Estatutos da ADS, meia hora mais tarde, pelas 21:30h, com a presença de sessenta e nove associados.

A Ordem de trabalhos foi constituída pelos seguintes pontos:

Ponto UM: Aprovação da ata da Assembleia Geral de 14 de abril de 2022.

Ponto DOIS: Voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente da ADS José Manuel Maia das Neves.

Ponto TRÊS: Voto de louvor à equipa de Andebol Veteranos da ADS;

Ponto QUATRO: Informação do Presidente da direção da ADS acerca da venda dos direitos económicos de ex-atleta da ADS ao SC Braga.

O Presidente da Mesa da Assembleia geral deu início à reunião apelando à participação civilizada dos sócios, num momento de especial importância para o clube.

No ponto UM da ordem de trabalhos, aprovação da ata da Assembleia Geral de 14 de abril de 2022, depois de aberto o espaço para intervenções, não houve qualquer intervenção associada ao documento disponibilizado previamente no website do clube. Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

No ponto DOIS da ordem de trabalho, o Presidente da mesa apresentou o voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente da ADS José Manuel Maia das Neves:

“No passado dia 12 de maio de 2022 faleceu José Manuel Maia das Neves, um sanjoanense apaixonado pela ADS clube que presidiu ainda com 39 anos de idade.

José Manuel Maia, o “Maia” como costumava ser conhecido, começou a sua ligação à AD Sanjoanense desde muito novo, tendo sido formado no nosso clube, enquanto jogador. Representou a ADS na equipa sénior, tendo vivido duas subidas de divisão.



Em 2001/2002, assumiu as funções de Presidente da Direção da ADS, tendo sido um dos mais jovens presidentes da instituição. Na época 2007/2008 regressou a cargos diretivos do clube, desta vez para chefiar o departamento de futebol sénior, época na qual conseguiu a subida à então 2ª Divisão. Saiu por pouco tempo no final da temporada, mas retomou funções a meio da época seguinte.

Em 2012/2013 regressa novamente aos órgãos sociais da ADS, para a pasta do futebol sénior, conseguindo desta vez uma Taça da AF Aveiro. Viria a ocupar o mesmo cargo, pela última vez, no decorrer da época 2013/14.

Pelos contributos prestados ao clube, a Mesa da Assembleia Geral da Associação Desportiva Sanjoanense vem propor um voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Maia das Neves, manifestando as mais sentidas condolências a toda a família enlutada.”

Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade e aclamação.

No ponto TRÊS da ordem de trabalho, o Presidente da mesa apresentou o voto de louvor à equipa de Andebol Veteranos da ADS:

“A equipa de masters do andebol da Associação Desportiva Sanjoanense alcançou, na fase final que se realizou no multiusos de Paredes nos dias 2 e 3 de julho de 2022, um fantástico e prestigiante título nacional na modalidade nesse escalão, ao obter o primeiro lugar na fase final da competição, sagrando-se assim campeã nacional.

Revelando uma extraordinária capacidade de superação e resiliência, a equipa de S. João da Madeira ultrapassou adversários de grande valia, entre os quais a Associação Masters Andebol do Porto, atuais bicampeões europeus e tetra campeões nacionais, o CDE Camões e um dos clubes históricos da modalidade em Portugal: o CF “Os Belenenses”.

Os masters do andebol da Sanjoanense têm projetado o nome do clube nas várias competições em que participa, tendo este ano conseguido atingir o topo do andebol nacional. Foi, de facto, um extraordinário feito.

Por toda a entrega, empenho, dedicação e exemplo que esta equipa representa quer na modalidade quer no nosso clube, a Mesa da Assembleia Geral da Associação Desportiva Sanjoanense vem propor a aprovação de um voto de louvor aos atletas, equipa técnica e dirigente que contribuíram para este grande resultado que enobrece o clube e a nossa cidade.”

Colocado à votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação.

No ponto QUATRO da ordem de trabalho, Informação do Presidente da direção da ADS acerca da venda dos direitos económicos de ex-atleta da ADS ao SC Braga, o presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direção da ADS que apresentou o comunicado emitido 8 de julho de 2022:



“Consumada a transferência do atleta David Carmo para o FC Porto e após a ratificação do acordo com o Sp. Braga, por maioria, pela Direção da ADS na noite de ontem, e sendo do conhecimento público que a Sanjoanense detinha 10 por cento das dos direitos económicos numa futura transferência do jogador, vem o Presidente da Direção, tecer as seguintes considerações junto dos sócios e simpatizantes:

1) Há 13 anos, a ADS tinha 1,5 milhões de euros de passivo. Hoje, esse valor ronda os 400 mil euros. São 13 anos de (ainda) muitas dificuldades, muito sofrimento, muitas contas para pagar, mas o clube está às portas do centenário com outra vitalidade.

2) Em 2014, o atleta David Carmo reforçou os sub-17 da Sanjoanense. Uma época depois, foi vendido ao Braga, tendo a ADS ficado com 10 por cento dos direitos económicos após dedução de encargos e custas (resultado líquido) de uma futura transferência.

3) No acordo assinado em 8/7/2015, ficou estipulado que os 10 por cento resultariam do valor líquido da transferência, após deduzido os encargos direta ou indiretamente resultantes do contrato, custos de intermediação, agenciamento, mecanismo de solidariedade. Valor líquido esse que só seria liquidado, 120 dias depois do SC Braga receber a última prestação acordada com o FC Porto (daqui a cerca de 4 anos).

4) A AD Sanjoanense foi contactada pelo SC Braga, no último mês, para alienar esses 10 por cento, e foi resistindo sucessivamente a várias propostas, pese embora o clube continuar a atravessar dificuldades de tesouraria do dia a dia.

5) Na passada segunda-feira, fechou-se com o SC Braga a venda dos referidos direitos económicos a troco de 950 mil euros, mais os 43 mil euros relativos ao mecanismo de solidariedade, que serão pagos pelo FC Porto à ADS. São cerca de 993 mil euros de uma venda absolutamente histórica para esta instituição, montante global pago no espaço de seis meses, dividido por três tranches, livres de encargos e outros tipos de custas, e que permitem à ADS não estar dependente dos prazos de pagamento acordados entre o SC Braga e o FC Porto (no mínimo 4 anos).

6) Neste momento histórico para a ADS, a união entre todos os que compõem esta família deve estar acima da ganância. Desde há 13 anos que o pensamento racional guia o dia a dia deste clube. E foi a pensar no clube, tendo em conta a situação atual e as dificuldades vividas, que se fechou este acordo.

7) Reforço: se não se concretizasse este acordo, a AD Sanjoanense só receberia o valor líquido da transferência e somente 120 dias após a última prestação paga pelo FC Porto ao SC Braga.

8) Neste sentido, vem o Presidente da Direção solicitar ao Presidente da mesa da Assembleia Geral a marcação de uma Assembleia Extraordinária com caráter



de urgência, para de forma transparente prestar toda a informação aos sócios e simpatizantes.

9) Este acordo não poderá desviar o clube do foco que tem sido estes 13 anos. A caminho do centenário, a ADS olha para 2024 com outra disposição: com a capacidade de renegociar e praticamente eliminar o passivo até lá, e de poder investir nas suas infraestruturas. Sem loucuras e com a humildade que caracteriza a cidade do trabalho.”

Após a apresentação do comunicado, o Presidente da direção da ADS referiu que na primeira reunião com os responsáveis do SC Braga foram oferecidos apenas 100 mil euros, tendo na segunda reunião o valor subido para 500 mil euros, também declinado. Após uma semana surgiu telefonicamente nova proposta de 600 mil euros, também recusada. Na reunião final, a proposta do SC Braga iniciou-se por 750 mil euros, tendo após o seu desenrolar chegado a 950 mil, ao qual acresce o valor associado ao mecanismo de solidariedade, pelo que considerou que estava perante os valores base definidos pela direção para aceitação do negócio.

O Presidente da direção, continuando a explicação, considerou que este cenário levaria a duas hipóteses: a primeira seria aceitar a proposta de 10%, que foi a considerada pelo presidente a mais razoável; a segunda hipótese era não firmar qualquer acordo, sendo o valor a receber dependente das condições a acordar entre o Braga e o Porto que poderíamos nunca conhecer na íntegra. Poderia até colocar-se a hipótese de haver apenas um empréstimo do jogador, um cenário semelhante ao ocorrido na venda do atleta João Dias para o Mónaco. Para além disso, acrescentou o presidente da direção, se o negócio não fosse feito nesta fase, a ADS apenas teria acesso ao retorno que viesse a ser devido, que no momento do negócio não seria conhecido, após 4 ou 5 anos da realização do negócio.

Continuou a sua intervenção, o presidente da direção da ADS recomendará à direção que se liquide o passivo de curto/médio prazo, bem como a dívida a fornecedores. Agradeceu ainda aos colegas da direção que em 2015 ajudaram na concretização do contrato que deu origem ao negócio, a saber: Serafim Resende, Eduardo Pinheiro, Arede, Mota, Paulo Coelho e Ricardo Pinheiro. Recorda que há 7 anos atrás foram criticados pelo contrato estabelecido, mas reconhece que agora se confirma que foi um bom acordo que trouxe vantagens ao clube.

O presidente da direção da ADS terminou afirmando que, face ao que foi lendo nos últimos dias, não tolerará qualquer difamação e ofensa à sua honra, sob a pena de participação a instâncias judiciais.

Seguidamente o presidente da Mesa da Assembleia geral, Luís Miguel Ferreira, abriu espaço às intervenções, apelando à capacidade de síntese dos associados e à manutenção do nível de respeito entre todos.



O associado Luís Ferreira da Silva, número 458, referiu que acompanhou o presidente Vargas à última reunião e que se sente confortável com o acordo firmado. Referiu que o futebol é um negócio em que só não vale tirar olhos. Continuou referindo que se a ADS não fizesse este acordo com o Braga, está convencido que este clube arranjará estratégias para o valor a pagar à ADS mais tarde fosse muito menor. Atribuiu mérito ao presidente da direção da ADS por ter tida a visão, quando o atleta tinha 16 anos, que conseguiria mais tarde um valor importante para o clube, o que veio a acontecer. Acrescentou ainda que na altura do negócio havia várias notícias que apontavam a venda do David Carmo, mas o valor de 20 milhões de euros nunca havia sido avançado antes do negócio, pelo que considera que os interesses da ADS foram salvaguardados.

O sócio número 1757, Diogo Laranja, começou a sua intervenção por referir que quanto ao negócio estava esclarecido, pelo que pretendia saber o valor líquido que vai ser recebido. Se a gestão for rigorosa, o montante a receber dará para pagar o passivo e fazer muito mais, sugerindo que o clube se aproxime mais da comunidade, se invista no futebol feminino e na potencialização dos miúdos de S. João da Madeira. Acrescentou que se no passado estávamos dependentes dos talentos que íamos buscar fora, agora temos melhores condições para a nossa formação. Terminou dizendo que durante anos ouviu as modalidades reclamarem autonomia e que neste momento há que promover a união e tornar o nosso clube diferente.

Firmino Almeida, sócio número 799, começou por referir que as explicações do presidente lhe deixam grandes dúvidas. Perguntou se havia outras soluções e qual a razão da demissão do vice-presidente Luís Ferreira da Silva que veio a público. Considerou ainda que o presidente Vargas e o vice Luís Ferreira da Silva, representantes da ADS na reunião final, são muito verdes perante o dinossauro que é o presidente do Braga, pelo que deveríamos ter levado outras pessoas mais capacitadas para a concretização do negócio. Sugeriu a criação de uma comissão para gerir o dinheiro recebido

Seguidamente tomou a palavra Élio Almeida, sócio número 1495 que começou por reconhecer a sua satisfação em ver tanta gente numa Assembleia Geral. Acrescentou que quando se faz um orçamento, este deve ser feito com os valores que são necessários angariar e que existem modalidades que não podem investir mais para não deixarem dívidas. A lógica do fazer e não pagar é inaceitável e reconhece que há modalidades que geram dívida ano após ano e outras que honram os seus compromissos, como no caso do hóquei por altura do Pedro Ribeiro. Acrescentou que o clube deve pagar todas as suas dívidas e que, a partir desse momento, as pessoas que pegarem nas modalidades devem deixá-las sem novas dívidas. Alegou que a ADS deveria ter futebol feminino, mas que ainda não existem condições que o permita. A Câmara Municipal dá apoio, mas que não chega à formação. Referiu ainda que a SAD, segundo o contrato, deve ficar com 3 atletas da formação da ADS mas que tal não está a ser cumprido e se isso não acontece é porque não estamos a aproveitar a formação.



Referiu-se à venda do atleta David Carmo que já está concretizada, ainda que o plano delineado com os vice-presidentes não terá sido cumprido. Perguntou ainda se a demissão do vice Luís Ferreira da Silva teve a ver com negócio ou não. Na sua opinião, 500 mil euros devem ser para pagar dívidas e o restante para potenciar o clube, a formação em todas as modalidades, com autonomia, e investir nas suas infraestruturas.

Seguiu-se a vez do sócio número 797, António Carlos Pereira, referindo que não esteve no negócio, mas que ficou satisfeito com os seus termos, que só foi possível pelo contrato firmado há 7 anos atrás. Considerou o negócio excelente e referiu que não são as modalidades que têm dívidas as sim o clube. Recordou ainda que já várias modalidades tiveram dificuldades na história da ADS e o clube conseguiu sempre segurá-las. Em relação à SAD, referiu que não foi constituída à toa, mas tratou-se do negócio possível naquela altura, com a única proposta que estava em cima da mesa. Terminou referindo que se sentiu incomodado em ouvir que deveria ser criada uma comissão para gerir o dinheiro encaixado com a venda do atleta e que esta gestão deveria ficar a cargo da direção eleita.

O sócio número 433, Manuel Pinho, começou por dizer que é sócio há vários anos e que está preocupado, uma vez que não concorda com o comunicado emitido pela ADS sobre o negócio. Considerou a criação da SAD um desastre, alegando que existia um grupo de argentinos que estavam igualmente interessados e que o presidente da ADS os ignorou. Referiu ainda que em relação a este negócio do David Carmo, o presidente Vargas não deveria ter ido a Braga, mas o presidente do Braga é que deveria ter vindo cá. Sugeriu a criação de um conselho consultivo para ajudar a ADS neste tipo de questões e considerou que o dinheiro na ADS não é distribuído da forma mais correta. Referiu que o presidente da ADS não está à altura dos desafios e que era necessário outro rumo e alguém à frente do clube com maior capacidade de gestão. Finalizou dizendo que o presidente Vargas não trouxe melhorias ao clube, comparativamente com o que acontece com os clubes vizinhos, acrescentando que a gestão das modalidades é mal feita.

Gonçalo Arede, sócio número 831, manifestou satisfação por ver o auditório com muita gente. Referiu que nos tempos de pior memória, discutiu-se várias vezes a possibilidade de entrega do clube à Câmara municipal, em particular na fase em que o passivo ascendia a 1,5 milhões de euros. No presente, uma altura de maior robustez financeira, fazem-se acusações e ataques de caráter, o que não consigo aceitar. Até porque, face às opções que estavam em cima da mesa, o negócio não me faz confusão uma vez que conseguiu o meio termo na salvaguarda dos interesses do clube.

Luís Ferreira da Silva, número 458, usando novamente da palavra, referiu que está na ADS desde os 14 anos, como atleta, treinador, dirigente e advogado da ADS e está convicto de que se a ADS pretender continuar a ser eclética, terá



que assegurar os custos. Assegurou que o futebol tem maior quota parte de culpa no passivo que foi sendo acumulado ao longo dos anos, uma vez que havia desvio de dinheiro para o futebol sénior. Assim sendo, entende que não se devem pagar com este dinheiro as dívidas de todas as secções até para que sejam responsabilizadas. Continuou referindo-se à sua anunciada vontade de demissão, apresentando motivos pessoais para essa decisão. Entende que os procedimentos foram mal conduzidos pelo Presidente ainda que concorde com o negócio. Adiantou que se os colegas vice-presidentes ratificarem o acordo, reconsiderará a sua posição. Referiu ainda que mesmo que deixe de ser vice-presidente, não deixará de colaborar com a ADS. Acrescentou que em relação à SAD é presidente da Assembleia Geral e que tem sentido sinais de conforto da atual administração, até porque os principais responsáveis são conhecidos.

O associado número 830, Pedro Fernandes, sustentou que no início do processo teve dúvidas, mas que depois do comunicado e das explicações do presidente fica mais esclarecido sobre os contornos deste negócio histórico. Sugeriu a elaboração de claro plano de investimento, aprovado na Assembleia Geral para uma alargada participação, apelando a que se respeite a história da ADS.

Após esta ronda de intervenções, o presidente da Assembleia deu a palavra ao presidente da direção para os comentários e explicações que entender necessárias. Luís Vargas começou por referir que a aplicação desta verba será tema para a próxima reunião de direção. Acrescentou que se deu autonomia às modalidades, mas a tendência tem sido a que cada uma seja tratada como a sua quinta. No entanto, referiu que a sede assegura o pagamento de verbas avultadas às associações, como aconteceu com a AFA a quem se pagou 25 mil euros. Continuou dizendo que não é possível manter quatro equipas na primeira divisão. Em relação ao hóquei em patins, informou que o respetivo dirigente nos últimos anos, Pedro Ribeiro, contribuía pessoalmente com verbas para o equilíbrio da secção, procedimento que teve os seus custos. Em relação à SAD sustentou que está consolidada e que a venda não está em cima da mesa. Apelou para que os associados pensem no que se deixa de pagar, por exemplo, com a manutenção do estádio. De qualquer modo, continuou dizendo que o clube tem o maior número de atletas da história, já conquistando 58 títulos nacionais, sendo 33 conseguidos no atual século. Referiu ainda que as modalidades devem dar a volta por cima depois dos insucessos da época passada. Em relação ao futebol, informou que esta modalidade em 2009/2010 deixou uma dívida considerável. Continuou alegando que é fácil falar de autonomia, mas no fim é a direção da ADS e o presidente em particular que se têm que responsabilizar perante os fornecedores e Estado. Informou ainda que já ficou inibido da sua liberdade pessoal e houve até sócios que deixaram de avançar para eleições com receio deste tipo de consequências.

O sócio número 433, Manuel Pinho, voltou a intervir para lamentar que na altura da criação da SAD deixaram de receber pessoas que tinham propostas em carteira. Acrescentou ainda que o presidente da direção quando refere o seu



trabalho, não faz mais que a sua obrigação até porque é remunerado para isso e que estava na altura de dar oportunidade a outras pessoas.

Voltando a intervir, o sócio número 1757, Diogo Laranja, perguntou qual o valor líquido que o SC Braga receberá com o negócio. Questionou ainda as razões para que os dois vice-presidentes terem apresentado a sua demissão.

O sócio número 1589, Filipe Almeida, informou que, sendo vareiro, tem dois filhos a jogar na ADS, um clube que considera historicamente um exemplo e de enorme valor. Considera ainda que as pessoas na ADS revelam enorme paixão.

Acrescentou referindo que como em todos os negócios, deveria ser mais bem explicado aos sócios, ao mesmo tempo que o plano de investimento deveria ser aprovado em Assembleia geral. Refere ainda que não critica o negócio mas antes o procedimento que deveria ter sido outro, até porque o futebol de formação tem vários “David Carmos”.

Usando a palavra Armando Cunha, sócio número 194, apelou para que os associados da ADS estejam unidos e se respeitem uns aos outros.

O sócio número 1043, Ramadinha, tomou a palavra para lamentar as duas demissões, apelando para que sejam repensadas.

Paulo Cavaleiro, sócio número 500, considerou que este deve ser um momento de reflexão para a ADS, uma vez que pode ser um momento de viragem. Alegou que as pessoas se mobilizam por causas e por isso é que hoje está tanta gente na Assembleia Geral, como não se via há bastante tempo. Acrescentou que este negócio deve ser olhado como um exemplo para que possam acontecer outros novos negócios noutras modalidades. Sustentou que as pessoas são o nosso maior património e às vezes não tratamos bem os que no passado fizeram coisas por este clube. Terminou apelando à mobilização e envolvimento de mais pessoas porque o centenário do clube está a aproximar-se.

Também para uma segunda intervenção, tomou a palavra Élio Almeida, sócio número 1495, para informar que a AFA cobrou 25 mil euros que foram pagos com a verba da Câmara Municipal que serve precisamente para o pagamento de inscrições. Sugeriu que a dívida do clube seja totalmente abatida e referiu que unir deve vir de cima, começando pelo Presidente, para que todos possam contribuir positivamente para o progresso do clube. Terminou referindo que nunca viu uma campanha de angariação de sócios.

Para uma última intervenção, Luís Vargas, presidente da direção da ADS, informou que há cerca de dois anos foi realizada uma campanha de angariação de sócios, onde também se contemplaram incentivos para a recuperação de sócios. Em relação às duas demissões, informou que estão a ser tomadas iniciativas com o Presidente da Assembleia Geral para que tais demissões não se concretizem.



Ilídio Leite, vice-presidente da Mesa da Assembleia geral, fez um breve balanço da sessão, referindo que na nossa história já tivemos altos e baixos e aquele que atravessamos é um momento importante para o nosso clube.

Terminadas as intervenções, no final da reunião, foi deliberado por unanimidade dos presentes na Assembleia Geral aprovar a ata em minuta com a referência às deliberações tomadas nesta mesma reunião.

Não havendo mais intervenções foi esta Assembleia encerrada às vinte e três horas, da qual se lavra a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação Desportiva Sanjoanense, Luís Miguel dos Santos Ferreira, e por Armando Cunha que secretariou a Mesa.

(Luís Miguel dos Santos Ferreira)

(Armando Cunha)